

III JORNADAS DE ESTUDO ACTAS

NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA



Publicações da Universidade do Porto

1996

Título: III Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia. Actas
Editor: Universidade do Porto — R. D. Manuel II, 4050 PORTO,
PORTUGAL. Telef. +351 2 6094462 Fax. +351 2 6098736
Publicações da Universidade do Porto
Nº: 3
Edição: 1ª
Localidade: Porto
País: Portugal
Mês: Maio
Ano: 1996
Nº de exemplares: 500
© 1996, Universidade do Porto e Centro de Estudos Norte de
Portugal - Aquitânia (CENPA)
Capa: Nazareth Rego
Revisão: Adelaide Gil (pelo CENPA)
Tratamento de imagem: Silvano Rego
Arranjo gráfico: Silvano Rego e Fernando G. Monteiro
Fotolitos: Gráfica da Universidade do Porto
Impressão: Litogaia – Artes Gráficas, Lda
Data: Outubro de 1996
Depósito Legal nº: 104029/96

- *Colecção de Trabalhos e Documentos do CENPA*, nº 10
- *Collection de la Maison des Pays Ibériques*, nº 61



Esta publicação foi impressa em papel reciclado

PODER E PODERES NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

José Alberto Rio Fernandes*

1. A AMP COMO ENTIDADE JURÍDICA

A Lei nº 44/91 de 2 de Agosto veio dar corpo jurídico a uma realidade que existe no quotidiano das populações e que, de há largos anos, se convencionou apelidar de Área Metropolitana do Porto (A.M.P.), consignando deste modo uma velha reivindicação dos municípios, cujo elevado número de problemas de grande dimensão e a urgência na resposta aumentava dia-a-dia e o sentir das populações, cuja vida é marcada por movimentos cíclicos e percursos regulares entre vários municípios, tendo como objectivo o trabalho, o lazer, fazer compras e adquirir serviços, entre outros.

Com uma experiência pioneira de associação intermunicipal no domínio da recolha e tratamento dos resíduos sólidos (LIPOR) por parte de alguns dos municípios, a AMP que adoptou o recorte geográfico definido pela Comissão de Coordenação da Região Norte, englobando os municípios de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, vê-se contudo diminuída na sua capacidade de assunção de uma estratégia supramunicipal, quer por força de dimensões demográficas, económicas e políticas pouco diferenciadas entre os municípios que a constituem, quer devido a uma cultura e prática municipalista fortemente arraigada nos protagonistas políticos e na população, quer ainda como consequência da própria lei e de aspectos a ela ligados, como uma dotação orçamental diminuta, a inexistência de sede própria, ou a tardia constituição de um dos seus órgãos, o Conselho Metropolitano.

2. A AMP E AS ALTERAÇÕES DO QUADRO GEOGRÁFICO

Temporalmente coincidente com a criação da Área Metropolitana de Lisboa, a AMP apresenta um quadro geográfico manifestamente distinto.

Algumas das principais diferenças residem na menor dimensão territorial, demográfica e económica, numa inserção dentro de um espaço regional densamente povoado e no desigual desempenho da cidade-centro face a uma «periferia» que, no caso portuense, vê o seu grande dinamismo demográfico ser acompanhado por um maior desempenho económico, alicerçado numa cultura própria e numa maior identificação entre as populações e o seu território municipal.

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mau grado ser a cidade do Porto receptáculo para a deslocação diária de cerca de 800.000 pessoas, resultante da concentração do emprego e da oferta terciária, a sua exígua dimensão territorial (cerca de 4000 ha) e populacional (correspondendo a cerca de 1/4 dos residentes na área metropolitana), o apagado desempenho político autárquico ao longo dos anos e a relação de concorrência/complementaridade que existe entre a cidade e os municípios que lhe são vizinhos, entre outros factores, contribuíram para a criação de um quadro caracterizado por um considerável protagonismo autárquico de cada município, com potencialidades e realidades específicas, num conglomerado urbano de que a cidade do Porto é, apenas, o centro principal.

É também num cenário marcado por notáveis alterações na economia e na sociedade, decorrentes de um processo de terciarização, que terá que ser entendida a existência de uma dinâmica territorial onde homogeneização e polarização se cruzam, por forma a tender a gerar novas centralidades que, na periferia, tendem a reproduzir um protagonismo que os eleitos vêm como resposta a uma ainda considerável dependência face à cidade-centro.

Neste contexto, assiste-se à emergência de novas formas de aglomeração funcional (como o centro comercial, a grande superfície comercial periférica e, a prazo, o centro regional ou o tecnopolo), tornadas possíveis sobretudo pela concentração empresarial e pela banalização do automóvel, enquanto que, por outro lado, se verifica igualmente uma crescente diluição das fronteiras entre áreas urbanas e áreas rurais e entre cidade e periferia que se vão plasmando, na medida em que se reduzem as distâncias que a melhoria das redes de acessibilidades e telecomunicações veio proporcionar e que, a prazo, obrigarão presumivelmente a um alargamento territorial da própria área metropolitana. É pois num quadro demograficamente marcado por uma fase de perda de dinamismo do Porto e pautado pela intensidade e elevado ritmo das transformações organizacionais e distributivas que é criada a Área Metropolitana do Porto.

Todavia, nos últimos anos, enquanto que se reforçavam centralidades exteriores ao município do Porto (como em Matosinhos e Maia), como consequência, em parte, da criação da Exponor e do terminal rodoviário do Freixieiro e da melhoria e reforço do papel do aeroporto de Pedras Rubras, política e mediaticamente o Porto acentuava o seu protagonismo e tendia para concentrar em si muitas das reivindicações da Área Metropolitana e mesmo do Norte do país, o que será indissociável do facto de o seu presidente ser simultaneamente o presidente da Junta Metropolitana e uma das mais conceituadas figuras do principal partido da oposição.

Neste espaço, em mutação acelerada e onde o processo de desenvolvimento tende a acentuar as relações territoriais de

complementaridade e concorrência, acresce lembrar a existência de uma experiência municipal forte quadrianualmente marcada por actos eleitorais, do que decorre a natural preocupação dos eleitos na defesa dos interesses locais que tornam difícil a articulação metropolitana.

Todos reconhecem prioridades que cada município, por si só, é incapaz de resolver, sendo que, no seio da Junta Metropolitana, tem sido possível (e até muitas vezes por consenso), acordar soluções globais, ao que não será estranho o facto de este ser o único dos três órgãos da AMP onde uma única força partidária detém a maioria.

Identificaram-se problemas fundamentais, ligados às questões dos transportes e das acessibilidades, do abastecimento de água, dos efluentes, dos resíduos sólidos e da habitação e lançou-se já um estudo sócio-económico do território, prevendo-se a breve prazo o início de um outro, relativo ao sistema de transportes. Herdaram-se igualmente objectivos assumidos por alguns dos municípios, como a implementação de uma rede de transporte rápido em sítio próprio (metro de superfície ou eléctrico rápido), ou a necessidade de criar um ou vários exutores submarinos que permitam a saída em alto mar dos efluentes domésticos previamente tratados, ou ainda a indispensabilidade de definir e construir um sistema de abastecimento de água alternativo à captação de Lever.

3. PARA UMA «GEOGRAFIA DAS RIVALIDADES»

O normal funcionamento da Área Metropolitana, vê-se no entanto confrontado com rivalidades entre espaços e eleitos que vão para além da simples salvaguarda dos interesses municipais e que manifestamente lhe retiram capacidades, conquanto sempre que se trata de questões que têm a ver com uma melhor compensação face à macrocefalia lisboeta, estas rivalidades internas se esbatam, a favor de um esforço conjunto em defesa dos interesses globais da AMP e do Norte do país.

Mas as tensões internas são extremamente importantes e não podem ser esquecidas.

A saber:

1. A tensão Este-Oeste, entre a franja litoral e o interior (áreas privilegiadas pelos equipamentos e os investimentos na rede viária e terciário *versus* habitação classe média e baixa):

Póvoa – Vila do Conde – Matosinhos – Maia – V. N. de Gaia (parte) – Espinho *versus* Valongo – Gondomar – V. N. de Gaia (parte), a que somam desiguais capacidades financeiras que penalizam sobretudo Valongo e Vila Nova de Gaia.

2. A tensão Maia *versus* Porto, entre o tradicional e a inovação:

Porto – maior (ou único) centro e «capital» da AMP *versus* Maia – a «capital do futuro» (Pólo Parque de Ciência e Tecnologia, Parque das Nações, Máxi-Zoo, Aeroporto, etc.).

Disputa de protagonismo com apoio do poder central, face à manutenção do papel do Porto como tradicional motor da região.

3. Os protagonistas da estratégias, os actores:

O centro de poder (Fernando Gomes, Vieira de Carvalho, Narciso Miranda e Mário de Almeida, presidente da ANMP)

A periferia: Anibal Lira (Gondomar), João Moreira Dias (Valongo), Heitor Carvalheiras (Vila Nova de Gaia), Manuel Vaz (Póvoa de Varzim), Romeu Vitó (Espinho, distrito de Aveiro).

Em torno destas tensões geram-se controvérsias nos principais projectos que residem, fundamentalmente, numa visão estratégica diferenciada da AMP.

Assim, enquanto que o Porto capitaliza as suas capacidades financeiras, as virtualidades da sua área ocidental e o prestígio do seu Presidente, outros vão procurando defender que, como no caso do metro de superfície, os factores de desenvolvimento não podem reforçar uma concentração no bipolar hiper-centro metropolitano (constituído pela «Baixa» e pela Boavista), devendo, pelo contrário, passar a existir uma redistribuição solidária que, também em benefício da cidade-centro, diminua as desigualdades e permita um melhor acesso ao emprego e aos serviços por parte de todos, sem colocar em causa o papel destacado que o Porto sempre assumiu, assume e deve continuar a assumir.

Note-se que, neste confronto estratégico, só aparentemente estamos perante uma luta entre o Porto e todos os demais, uma vez que se alguns procuram capitalizar o descontentamento que deveria ser sobretudo de outros, estes, ou alguns de entre eles, entendem que uma política de aproximação ou mesmo de dependência face ao centro, pode servir melhor os seus projectos políticos e os interesses do seu município.

4. A AMP E A REGIÃO NORTE

Face ao poder central, como se disse, esbatem-se entretanto as tensões internas e intensificam-se os ânimos. Assim, o F. C. do Porto nas suas disputas com o Ministério da Administração Interna, Matosinhos e a batalha da Gare de Mercadorias da Senhora da Hora, ou a Câmara do Porto e a luta pelo STCP e pelo metro de superfície, afirmam a existência de uma cultura própria e de uma tensão face à capital que o Norte perpetua e

o Porto emblematicamente centraliza, com um longo processo histórico e paralelos noutros países europeus.

Após um período marcado pelo abate serôdio dos «elefantes brancos» da cintura industrial de Lisboa, cuja reconversão gerou desemprego, subemprego e alguma perda de protagonismo económico a favor do Norte, onde algumas empresas diversificavam investimento e criavam emprego e riqueza, tirando partido de um processo de liberalização da economia, o grande apoio à fixação de investimento na Península de Setúbal, a par da adopção de uma política económica que lesou gravemente a indústria exportadora a favor do sector financeiro, entre outros factores, criaram as condições para o reforço do centralismo económico na cidade-capital e sua área envolvente que concentram o Estado, a finança e muita da informação e formação do país.

Deste facto, de um centralismo que se pode considerar como excessivo – mesmo num país cuja dimensão continental é idêntica à de Catalunha ou Baviera – decorre o natural anseio da população do Norte e dos seus mais destacados líderes, em conseguir meios que melhor permitam afirmar os seus anseios e mais facilmente obter o que julgam constituir justas necessidades da população.

Assim, enquanto que o processo de regionalização repousa nas gavetas governativas, acentua-se a tensão entre o Norte e a capital, segundo um corte horizontal que introduz divisão no interior de todos os partidos e forças activas da sociedade e institucionaliza-se a Área Metropolitana do Porto que, constituindo uma forma de poder intermédio, concentra poucos meios e dispõe de condições deficientes para responder às expectativas entretanto criadas em torno da resolução de enormes e graves problemas que se colocam a uma população superior a 1 milhão de pessoas, muitas das quais carecem de saneamento básico e mesmo de água canalizada, demoram excessivo tempo nas suas deslocações casa-trabalho, reconhecem problemas ambientais importantes e têm cada vez maior dificuldade em conseguir ou conservar um emprego bem remunerado.

5. CONCLUSÃO

Em síntese, verifica-se pois que, num quadro de mutação económica acelerada e marcado por tensões regionais, inter-municipais e inter-institucionais, em que os autarcas são os maiores protagonistas, a Área Metropolitana assiste a um avolumar dos problemas que a definição de programas por parte do poder central, ou o influxo de verbas comunitárias canalizadas para os municípios através do Proramp, vão procurando resolver, de forma mais ou menos descoordenada.

É assim claramente visível a necessidade de a Área Metropolitana afinar o seu papel institucional, recebendo competências delegadas com sinal ascendente (dos municípios) e descendente (do Estado), coordenando áreas fundamentais a um desenvolvimento integrado que lhe estão cometidas por lei, a saber, transportes e vias de comunicação, infraestruturas de saneamento básico, abastecimento público, protecção ambiental e dos recursos naturais, dos espaços verdes e da protecção civil, a que haveria que aduzir, entre outras, a do ordenamento do território, do desenvolvimento económico, da educação, da cultura, do lazer e do turismo.

E, de acordo com uma política baseada numa planificação que pressupusesse a coerência do desenvolvimento e fizesse das obras públicas o seu esqueleto, tratasse o ambiente e as infraestruturas que lhes estão associadas como uma real prioridade e o transporte como o factor de atenuação das segregações territorialmente marcadas, importaria que a Área Metropolitana, promovendo a sua imagem nacional e internacional, defendendo a segurança dos cidadãos e actuando com oportunidade em áreas críticas, assumisse um papel de destaque que permitisse diminuir os desperdícios inerentes à adopção de medidas avulsas por parte dos municípios, num quadro marcado por uma excessiva subdivisão do poder local face a uma realidade e a problemas que não conhecem fronteira, sobretudo no Grande Porto, em toda a A.M.P., mas até mesmo numa vasta área que engloba Braga, Penafiel e Aveiro.

Para tanto terá que haver mais poder e, essencialmente, mais e melhores meios de o exercer, um poder que deverá ser gerido com índices menos elevados de conflitualidade, para que o resultado das competências que emanam da lei seja mais do que a soma das sobras dos poderes de cada um, evitando-se que estratégias municipais pessoalizadas se somem a um conservadorismo centralista por parte do governo e dos serviços do Estado, na criação de um estado de tensão latente com explosões cíclicas e, conseqüentemente, os inevitáveis desperdícios de energia que dificultam opções e concretizações e prejudicam os interesses do território e da sua população.